

**IDENTIDADE E MEIO AMBIENTE:
possíveis aproximações entre indigenismo e ambientalismo**

Rafael Gonçalves Borges¹

Resumo

O presente trabalho constitui ao mesmo tempo o resultado de uma dissertação de mestrado e parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento que pretende discorrer acerca das relações existentes entre meio ambiente e produção de identidades. O discurso pela preservação ambiental tem conseguido êxito inegável neste início de milênio, e os processos que possibilitaram tal constatação podem ser percebidos nas duas últimas décadas do Século XX. Defendendo uma “identidade ambiental” baseada sobretudo em um novo imperativo de responsabilidade, o movimento ambientalista estabelece relações muito particulares com outras construções identitárias mais tradicionais e centradas. Dentre elas, destaca-se a relação com a retórica indigenista e a idealização dos grupos indígenas na forma como os mesmos lidam com os recursos naturais. Assim, parte-se da hipótese que supõe uma conexão entre o sucesso do discurso ambientalista e a aceitação da causa indigenista em fins do século XX.

Abstract

This work is simultaneously the result of a dissertation and part of a research project under development that brings a discussion about the relationship between environment and production of identities. The discourse for environmental preservation has achieved undeniable success in this new millennium, and the processes that allowed to evidence this process can be seen in the last two decades of the twentieth century. Defending an "environmental identity" based mainly on a new imperative of responsibility, the environmental movement establishes relationships with other very specific identity constructions more traditional and focused. Among them, the relationship with the rhetoric and idealization of the indigenous groups in how they cope with natural resources. So, it starts from the assumption that implies a connection between the success of environmental discourse and acceptance of the indigenous cause in the late twentieth century.

Palavras-chave: identidade, ambientalismo, responsabilidade, rede.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás, Professor Substituto da Universidade Federal de Goiás.

O tema de interesse deste texto é bastante salutar. A questão indígena já vem sendo refletida há algumas décadas pelas ciências humanas, particularmente pela historiografia. Bem mais recente é a percepção de questões e problemas relacionados às formas pelas quais as diferentes sociedades se apropriaram do espaço e da natureza, até então marginalizados pela historiografia tradicional. A história ambiental vem crescendo em vulto no cenário acadêmico, não somente pela quantidade de pesquisas, mas fundamentalmente pelo modo como dialoga com questões pertinentes ao mundo contemporâneo, uma vez que a temática da preservação ambiental ocupa hoje o cerne de debates e ações sociais e políticas.

O que aqui se apresenta é na verdade o resultado de uma reflexão que se encontra entre dois momentos bastante distintos de uma pesquisa. É ao mesmo tempo a conclusão de um trabalho recém-findado e a apresentação de novos problemas que surgiram como consequência direta do mesmo. O trabalho a que se faz menção preocupou-se em compreender a forma pela qual o discurso ambientalista migrou da marginalidade de ações, proposições e debates para o centro da vida política e social contemporânea – processo ocorrido a partir da década de 1970. Mais precisamente, ocupou-se de dois estudos de caso que integram o variado espectro de organizações de sociedade civil que compõem o multifacetado movimento ambientalista.

De fato, percebeu-se que a partir da década de 1970, o discurso ambientalista ganha nova amplitude a partir de mecanismos de associativismo que se fundam desde então, e que se apóiam em mudanças fundamentais ocorridas a partir daquele instante. O primeiro fator a ser evidenciado é o surgimento de novos paradigmas de associativismo que passam a assimilar a categoria de “movimentos sociais” – outrora de domínio exclusivo de movimentos de cunho marxista – e propõem linhas de ação diferenciadas em relação ao que se tinha como padrão de mobilização social. Assim é que se percebe que as três últimas décadas do século XX convivem com a consolidação dos chamados novos movimentos sociais, cujos principais representantes passam a ser as Organizações Não Governamentais e as Fundações empresariais. Estas integram o comumente denominado – e notoriamente contestado – Terceiro Setor. O conceito emana de uma concepção tripartite da realidade social, que pensa o Estado como o Primeiro Setor, o Mercado como o Segundo Setor, e a Sociedade Civil como o Terceiro Setor, evidenciando um discurso que apela para o engajamento pessoal e voluntário para o sucesso da mobilização. É resultado, sem dúvida, da expansão de concepções neoliberais, uma vez que o próprio padrão de associações que convocam a sociedade civil através do voluntariado foi tradicionalmente gestado nos Estados Unidos. De fato, esta

reemergência da sociedade civil, por assim dizer, só pode ser plenamente compreendida no interior do processo de substituição do *Welfare State* do segundo pós-guerra pelo Estado mínimo neoliberal, que se retrai no atendimento à questão social e propõe ações de mobilização conjunta, em uma lógica que migra de mobilizações *contra* o Estado para ações *com* o Estado.

Entretanto, o grande diferencial desses novos movimentos sociais é a forma pela qual se estruturam: as redes sociais. Tais paradigmas só se tornaram possíveis quando se assiste à emergência daquilo que Manuel Castells (1999, p. 52-54) denomina “sociedade em rede”, a partir da década de 1970, momento de gestação das doutrinas neoliberais aliadas a um novo e rápido impulso tecnológico alcançando assim um “modo de desenvolvimento” inédito no sistema capitalista em um renovado cenário mundial: o *informacional*, no qual

a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da comunicação e de comunicação de símbolos [...]. O que é específico do modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade.

Ora, é a partir dessas mudanças fundamentais que se torna plausível a noção de sociedade em rede. Assim, os movimentos sociais que se estruturam a partir dessa lógica absorvem esse paradigma de informacionalismo, no qual a categoria rede e a produção e difusão de tecnologia e informação têm papel central. Essas mudanças, segundo Scherer-Warren (1999, p. 18), exigiriam novos recursos metodológicos para o estudo dos movimentos sociais contemporâneos. De acordo com a autora, “ainda que a cidadania jurídica se realize nos limites territoriais de um Estado-nação, o estabelecimento de consensos em torno da cidadania social, tende a ultrapassar as barreiras nacionais com a globalização da cultura-política”.

É exatamente a partir dessa perspectiva de uma cidadania sem-fronteiras que se torna possível compreender de que forma as questões e ações ambientalistas se disseminam de forma tão eficaz. Nas bases desses discursos estão ainda duas questões próprias do ambientalismo e que se entrelaçam de certa forma. Referem-se primeiramente às discussões filosóficas em torno da ascensão de um novo imperativo ético – o da responsabilidade – e aos meios pelos quais este imperativo deve ser aplicado à produção e ao uso da ciência e da técnica, simultaneamente causadoras e solucionadoras dos problemas combatidos pelo ambientalismo.

Os traumas do século XX causados por eventos de magnitude até então desconhecida levaram a uma profunda reavaliação no modo pelo qual o homem-progresso encarava sua criação tecnológica. As inseguranças e incertezas de uma humanidade sem referências sólidas corroeram as bases de uma esperança fundamentada na visão positiva acerca da ciência e cresceram na mesma proporção em que se acentuava o desenvolvimento tecnológico. “[...] Desde 75 passamos por algo como dez revoluções tecnológicas sucessivas no espaço de duas décadas e meia. Uma escala de mudança jamais vista na história da humanidade” (SEVCENKO, 2001, p. 38).

Este intenso progresso tecnológico aponta para a angústia do homem deste tempo, que passa a desacreditar da técnica e da ciência, e que de forma inteiramente nova, percebe que pela primeira vez, a criação humana significa uma ameaça à preservação da espécie. Ernesto Sábato (2001, p. 44-45) afirma que

El hombre no ha tenido tiempo para adaptarse a las bruscas y potentes transformaciones que su técnica y su sociedad han producido a su alrededor y no es arriesgado afirmar que buena parte de las enfermedades modernas sean los medios de que se está valiendo el cosmos para eliminar a esta orgullosa especie humana. El hombre es el primer animal que há criado su propio médio. Pero – irónicamente – es el primer animal que de esa manera se está destruyendo a sí mismo.

É justamente esse temor em relação ao potencial autodestrutivo do conhecimento científico que impõe ao mesmo a ideia de uma responsabilidade. Nesse sentido, destaca-se a obra de Hans Jonas (2006), que discute exatamente a necessidade de uma nova ética para o mundo contemporâneo. O autor aponta o mesmo sentimento de crise assinalado anteriormente e que está nas bases do ambientalismo, causado pelo avançado estágio de desenvolvimento da ciência e da técnica.

O Prometeu definitivamente desacorrentado, ao qual a ciência confere forças antes inimagináveis e a economia o impulso infatigável, clama por uma ética que, por meio de freios voluntários, impeça o poder dos homens de se transformar em uma desgraça para eles mesmos. *A tese de partida deste livro é que a promessa da tecnologia moderna se converteu em ameaça, ou esta se associou àquela de maneira indissolúvel.* (JONAS, 2006, p. 21, grifo meu)

O problema é, pois, o progresso da técnica e a capacidade de autodestruição que ele acarreta. E na visão de Jonas (p. 21), essa ameaça está além da ameaça física.

Concebida para a felicidade humana, a submissão da natureza, na sobremedida de seu sucesso, que agora se estende à própria natureza do homem, conduziu ao maior desafio já posto ao ser humano pela sua própria ação. Tudo aí é novo, sem comparação com o que o precedeu, tanto no aspecto da modalidade quanto no da magnitude: nada se equivale no passado ao que o homem é capaz de fazer no presente e se verá impulsionado a seguir fazendo, no exercício irresistível desse seu poder.

Conclui-se, a partir da afirmação, que toda ética de responsabilidade e a própria visão de que a técnica necessita de novos limites depende, portanto, da aceitação da ideia de que se vive, a partir da década de 1970, em um mundo *completamente* novo. Essa aceitação concorre para que o imperativo de responsabilidade não se restrinja ao âmbito da produção de conhecimento, e passe a toda a sociedade. A responsabilidade pelo ambiente é de cada um, de cada indivíduo que, porém, só tem sentido, quando inserido no contexto de uma sociedade “sem fronteiras”. Assim, a Organização das Nações Unidas, ao publicar em 2001 as Metas do Milênio, confere destaque à questão da responsabilidade. Logo no início, quando se expõe os valores e princípios que norteiam o documento lê-se no item 2:

Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante nossas sociedades, temos a responsabilidade coletiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, no nível mundial. Como dirigentes, temos um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os desfavorecidos e, em particular, com as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.²

A responsabilidade aparece novamente como um dos seis valores fundamentais que conduziram à formulação do documento. Desta forma, o ambientalismo preconiza uma identidade ambiental, que insiste na unidade do gênero humano acima de toda e qualquer diferença, pois justamente em nome dessa unidade, a ação pela preservação ambiental se faz necessária. Entretanto, no que se refere às particularidades da forma pela qual esta identidade é construída, é preciso considerar a ênfase na localidade e a cristalização do Estado-Nação como grande inimigo da causa ambientalista.

A ênfase na localidade se explica pelo fato de que a esfera de ação do indivíduo consciente da necessidade de agir de forma responsável perante o meio-ambiente consiste de seu ambiente próximo. Ainda que a identidade ambiental alegue a unidade do gênero humano e enfatize a preocupação com todo o globo como sendo legítima, a possibilidade de intervenção do sujeito é sua própria localidade. Neste ponto, a crítica aos projetos de

² Metas do Milênio. Disponível em:

<<<http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?pagina=1&idarea=2&idmodelo=3791>>>. Acesso em: 25 jun 2010.

desenvolvimento nacionais são bastante pertinentes, uma vez que é justamente em razão desse ímpeto desenvolvimentista que grande parte da degradação foi empreendida. Desta forma, o Estado-Nação representa um obstáculo a ser superado, pois é desarticula a possibilidade de compreender a humanidade em sua unidade.

Até aqui se refletiu sobre os resultados finais de uma pesquisa, preocupada exclusivamente com o movimento ambientalista. A partir de agora, pode-se intentar relacioná-lo com um tema menos familiar, mas bastante próximo do que até aqui se discutiu: o discurso indigenista. Não se trata neste momento de evidenciar um histórico do indigenismo e de seus principais aportes teóricos. O que foi percebido ao longo da análise dos estudos de caso é que em vários momentos, em nome dessa preservação ambiental e da ênfase no espaço de ação local do indivíduo, os movimentos ambientalistas analisados utilizaram como exemplo de sociedades em relacionamento harmonioso com a natureza, os grupos indígenas. Assim, a identidade ambiental que indica novos meios de se relacionar com o tempo e com o espaço, tem na figura de preservação do estilo de vida indígena e de sua identidade, não apenas um paradigma a ser mantido, mas assimilado e reproduzido.

De fato, as críticas do movimento ambientalista e sua forma de estruturação em muito se aproximam dos movimentos indígenas em diversas de suas configurações. A estruturação em rede tem permitido uma difusão mais eficaz dos discursos e das linhas de ação. A responsabilidade invocada se impõe não somente ao meio ambiente, mas também ao outro, ao próximo. Neste instante, grupos sociais marginalizados como as minorias étnicas reivindicam maior atenção e se beneficiam com ações sociais tanto do Estado como da sociedade civil, visando corrigir injustiças históricas que concorreram para a situação atual. O indígena se insere aqui de forma particular no contexto da América, e também colabora para a disseminação desse novo imperativo na medida em que igualmente oferece argumentos para uma crítica a um estilo de vida dominado pela técnica.

Certamente as especificidades e dinâmicas destas aproximações merecem ser pontuadas em todo o continente americano. Para efeito de exemplificação, remete-se aqui ao caso estadunidense, onde se percebe com clareza que obras que visam ao reestabelecimento da visão positiva do indígena, procuram insistentemente, aproximá-los do ideal de relacionamento com o meio ambiente. Cita-se dois casos.

Em *“Enterrem meu coração na curva do rio”*, Dee Brown (2003) procura recontar a história da ocupação do Oeste estadunidense pela perspectiva do indígena. Na introdução de sua obra, o autor anuncia que os americanos “poderão aprender algo sobre sua própria relação com a terra, com um povo que era de conservacionistas verdadeiros. Os índios

sabiam que a vida equivale à terra e seus recursos, que a América era um paraíso” (BROWN, *op. cit.*, p. 10). A ideia de conferir ao índio esse caráter preservacionista tem ainda mais sentido na mentalidade nacional estadunidense, que tem na glorificação da natureza selvagem (a *wilderness*) intocada, um dos elementos constitutivos de sua identidade. É no contato com a natureza ainda imaculada pelo “progresso” que estaria a regeneração do homem. Logo, diferentemente da perspectiva européia – com seu mundo natural já devastado – a relação com a natureza permaneceria centrada sobretudo na “conservação”, e não na “recuperação”, sendo que os nativos americanos seriam o modelo ideal de relação com o meio ambiente.

Outra obra mais específica ainda no que diz respeito à intenção de “dar voz ao indígena” é a compilação de relatos efetuada por T. C. McLuhan (1996), em “*Pés nus sobre a terra sagrada*”. Cabem aqui algumas citações diretas: “Uma mulher Wintu [...] comentou: ‘Quando queimamos a erva contra os gafanhotos, não arruinamos tudo. Recolhemos a bolota e as pinhas. Mas os brancos reviram a terra, arrancam as árvores, matam tudo [...] Como é que o espírito da terra pode gostar do homem branco?... Onde o branco põe a mão há sofrimento’” (MCLUHAN, *op. cit.*, p. 8).

O indígena possuía uma concepção diferenciada de seu pertencimento à terra. Ela é guiada pelo grande espírito que mantém todas as coisas funcionando em perfeita harmonia. Tal perspectiva é enormemente semelhante às teorias ambientalistas da vertente da *deep ecology*, que defendem justamente uma concepção de vida mais holística com o mundo e com o universo. Nesse viés, destacam-se as referências à Gaia, essa concepção organicista da Terra, que coloca cada elemento do planeta como um membro, ou no limite, uma célula deste corpo. A humanidade é tão somente um membro do corpo; e tem sido um membro defeituoso, canceroso, rompendo drástica e rapidamente com o equilíbrio de Gaia, estabelecido ao longo de bilhões de anos.

McLuhan dedica sua obra a essa recuperação das falas cotidianas dos indígenas, que evidenciam uma relação diferenciada com a natureza. Os índios gostavam de “andar com os pés nus sobre a terra sagrada”, sabiam que “o coração do homem distante da natureza se torna duro”, enquanto a proximidade com a natureza “mantém o espírito sensível a impressões normalmente não percebidas”. Quando matam um animal, tem um extremo cuidado com sua carcaça e não por economia, mas por cortesia. Ao utilizarem cada mínima parte do corpo do animal estão evidenciando respeito àquele ser que partilha com eles mesmos posição equânime perante o grande espírito. O não desperdício tornaria ao animal mais aceitável sua morte, que ganharia aspectos de sacrifício, ou quem sabe, mesmo um martírio em prol de um equilíbrio maior que ultrapassa o domínio do índio. Por isso, um

nativo pode dizer: “Quando vamos caçar, não é nossa flecha que mata o alce, por mais potente que seja o arco: é a natureza que o mata” (Idem, p. 24).

Diversas outras passagens evidenciam esta aproximação entre a defesa do índio e a relação correta perante o meio ambiente. Esgotar o assunto não é propósito deste breve texto. Mas se até aqui se enunciou o problema, propõe-se agora uma solução ao mesmo. O que estaria subjazendo a este movimento claro de aproximação entre indigenismo e ambientalismo?

A hipótese que se aventava é a de que ambos os discursos constituem parte de um mesmo processo que eclode a partir da Segunda Guerra Mundial, que representaria justamente uma grande crítica ao projeto de modernidade exportado pela Europa desde o século XV. Muitos autores são eficazes em demonstrar a ideia de que o confronto com a alteridade radical na América foi fundamental para que o ego moderno se consolidasse no europeu. Enrique Dussel (1993) evidencia que somente com o “descobrimento” e com a posterior “conquista” a Europa pode deixar de ser uma particularidade sitiada pelo mundo islâmico, passando para o posto de universalidade integradora, concebendo um projeto de europeização (ocidentalização) do mundo, no qual agora ocupava o centro.

Como evidenciamos, essa falácia desenvolvimentista é uma das principais ideias criticadas pelo movimento ambientalista. E foi justamente essa atitude moderna de desconsideração da especificidade do Outro que possibilitou a imposição deste modelo moderno e ocidentalizante – processo que guardará similitudes com o neocolonialismo do Século XIX. Assim, a conjectura é a de que a degradação ambiental em nome do progresso caminhou concomitante ao processo de encobrimento da alteridade e anulação do Outro. Desta forma, o ambientalismo por um lado e o indigenismo por outro estão denunciando os efeitos nocivos de um mesmo processo: a imposição de um projeto ocidentalizante (e europeu) a sociedades e povos que hoje tem condições de acusar este projeto em sua ineficácia relativa, no que tange a suas pretensões iniciais.

No limite, as bases sobre as quais se alicerçam ambos os discursos possuíram em diversos momentos aportes comuns. Não foi objetivo deste breve texto, evidenciar as dinâmicas dessas aproximações e as especificidades de cada um desses momentos. No entanto, crê-se satisfatoriamente resolvida a proposta de apontar o problema e formular ainda que em breves linhas as hipóteses que procuram dar conta deste processo ainda em curso, e ainda pendente de estudos mais aprofundados.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Rafael Gonçalves. *Arca e Fundação O Boticário: uma perspectiva sobre o movimento ambientalista contemporâneo (1980-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História. Goiânia: UFG, 2007.
- BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do Outro*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.
- MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.
- MCLUHAN, T. C. *Pés nus sobre a terra sagrada*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem Fronteiras – ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. *Corrida para o Século XXI – No loop da montanha-russa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.